



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181138 - PA (2021/0217388-6)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS - PA**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ - SJ/PA**
INTERES. : **ALBERT RAMOS FREITAS**
ADVOGADO : **RAPHAELLA YANCA SANTIS ANDRADE - PA029856**
INTERES. : **CEPAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAUAPEBAS LTDA**

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUBEPAS (PA), suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ (SJ/PA), suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e julgamento de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado contra a Faculdade Pitágoras de Parauebas.

O juízo federal suscitado declinou de sua competência nos seguintes termos (fl. 59):

As tratativas do impetrante para matrícula se deram por Whatsapp e aparentemente queixoso o impetrante diante da negativa da Universidade particular por lhe negar a matrícula no segundo semestre de 2021 por constar como desistente. Ao que parece, a Universidade, inicialmente, lhe questionou o pagamento de parcelas em atraso e depois apontou que mesmo para desistentes, não haveriam vagas. Dos fatos narrados, não vislumbro interesse da União. Veja que as situações em que seria possível o reconhecimento da competência da justiça federal, quando estamos diante de atos de universidades particulares, ocorreriam quando age o reitor da universidade particular por delegação do MEC, órgão da União. Ora, a questão é basicamente burocrática, mero entrave e discussões de gestão administrativa quanto à relação negocial entre aluno-instituição de ensino. Não há aqui, interesse da União (MEC) ou alegação de que haveria algum desvirtuamento nas diretrizes do MEC às instituições particulares.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se a existência de pedido de liminar sem apreciação no mandado de segurança impetrado na origem. Em razão disso, é prudente a designação de um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Registre-se que, nos termos da Súmula 150, o STJ entende que "compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".

Ante o exposto, em razão da manifestação do juízo federal acima transcrita, designo o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUBEPAS (PA), ora suscitante, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes e decidir inclusive sobre o pedido liminar postulado na inicial do mandado de segurança.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente